

Companhia
Energética
Sinop S.A.
(Pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de
março de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 14 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.377	1.083
Aplicações financeiras	4	190.423	215.047
Adiantamentos	5	144	223
Tributos e contribuições a compensar	6	14.879	10.459
Despesas antecipadas		11	28
Fundos vinculados	7	350	-
Total do ativo circulante		209.184	226.840
Não circulante			
Ativo fiscal diferido	8	238.035	229.977
Imobilizado	9	1.785.007	1.652.959
Intangível	10	26.202	25.931
Total do ativo não circulante		2.049.244	1.908.867
		2.258.428	2.135.707
Total do ativo			

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	67.079	91.987
Tributos e contribuições a recolher	12	2.417	5.483
Obrigações trabalhistas	13	2.221	2.010
Uso do bem público	10	3.683	1.882
Financiamento BNDES	14	70.567	22.292
Total do passivo circulante		145.967	123.654
Não circulante			
Uso do bem público	10	22.142	23.674
Financiamento BNDES	14	860.963	887.364
Total do passivo não circulante		883.105	911.038
Patrimônio líquido			
Capital social	15	1.694.200	1.550.200
Prejuízos acumulados	16	(464.844)	(449.185)
Total do patrimônio líquido		1.229.356	1.101.015
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.258.428	2.135.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Períodos de três meses findos	
	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	17	15.029	
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	18	(26.605)	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	19	(8.495)	-
		<hr/>	<hr/>
Resultado operacional bruto		(20.071)	-
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios	20	(2.794)	(1.742)
Serviços de terceiros	21	(2.235)	(881)
Arrendamentos e alugueis		(73)	(95)
Passagens e hospedagens		(145)	(170)
Materiais		(42)	(56)
Depreciações e amortizações	9 e 10	(118)	(95)
Outros		(261)	(346)
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(25.739)	(3.385)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.153	3.358
Despesas financeiras	22	(130)	(40)
		<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro		2.023	3.318
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.716)	(67)
Contribuição social diferida	8	2.134	104
Imposto de renda diferido	8	5.923	39
		<hr/>	<hr/>
Resultado do período		(15.659)	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos</u>	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	(15.659)	76
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(15.659)</u>	<u>76</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	565.000	(14.874)	328.000	878.126
Integralização de capital social em moeda corrente	80.000	-	-	80.000
Integralização de capital social por AFAC	328.000	-	(328.000)	-
Resultado do período	-	76	-	76
Saldo em 31 de março de 2017	973.000	(14.798)	-	958.202
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.550.200	(449.185)	-	1.101.015
Integralização de capital social em moeda corrente	144.000	-	-	144.000
Resultado do período	-	(15.659)	-	(15.659)
Saldo em 31 de março de 2018	1.694.200	(464.844)	-	1.229.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(23.716)	(67)
Receita financeira	-	(13)
Provisões	(4.929)	154
Depreciação e amortização	118	146
Prejuízo ajustado	(28.527)	220
Varição no ativo		
Aplicações financeiras	26.020	55.704
Adiantamentos	79	106
Despesas antecipadas	17	15
Almoxarifado	-	(506)
Depósitos vinculados	(350)	-
Tributos e contribuições a compensar	(4.421)	(2.837)
	21.345	52.482
Varição no passivo		
Fornecedores	(42.682)	(24.363)
Tributos e contribuições a recolher	(3.066)	(5.897)
Obrigações trabalhistas	(5)	9
	(45.753)	(30.251)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(52.935)	22.451
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(88.706)	(125.775)
Adição de intangível	(65)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(88.771)	(125.775)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	144.000	80.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	144.000	80.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.294	(23.324)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.083	25.612
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.377	2.288
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.294	(23.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2018	31/03/2017
1 – receitas	16.560	-
	16.560	-
2 - insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(35.100)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.604)	(1.363)
	(37.704)	(1.363)
3 - valor adicionado bruto	(21.144)	(1.363)
4 - retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(118)	(94)
5 - valor adicionado líquido produzido pela entidade	(21.262)	(1.457)
6 - valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.153	3.358
	2.153	3.358
7 - valor adicionado total a distribuir	(19.109)	1.901
8 - distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.421	1.317
Benefícios	280	344
FGTS	93	81
	2.794	1.742
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(6.526)	(79)
Estaduais	79	21
Municipais	-	6
	(6.447)	(52)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	130	40
Aluguéis	73	95
	203	135
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	(15.659)	76
	(15.659)	76
Valor adicionado total	(19.109)	1.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio do Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 16), conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia, constituída com Propósito Específico, tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE”, “UHE Sinop”, “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia está localizada na cidade de Sinop, no estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662 - esquina com a Rua das Castanheiras.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada.

A Sinop Energia, bem como os respectivos acionistas, observa as normas específicas estabelecidas pela agência reguladora e pelo Poder Concedente para empresas do setor elétrico. A concessão da Sinop Energia para operação da usina e para a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da Aneel, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. Conforme previsto no cronograma do contrato de concessão, estava previsto que o início das atividades ocorresse em 1º de janeiro de 2018. Em decorrência disso, desde de dezembro de 2017 a Companhia vem incorrendo em gastos em gastos com a aquisição de lastro de energia e de energia física perante terceiros para cumprir com as obrigações com as distribuidoras de energia elétrica conforme os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1.880.136.449,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e nove reais) — Nota Explicativa nº 16 —, e suas subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 24.

Coube ao Governo Federal regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, município de Sinop, Estado de Mato Grosso, denominada UHE Sinop, com potência instalada mínima de 401,88 MW (*). A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 242,8 MW (*) médios.

(*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos contidos no Projeto Básico Ambiental (PBA). Esse documento é composto por 33 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a ser gerenciados ao longo da etapa de implantação da UHE Sinop, bem como durante sua operação. A Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022, e a Companhia encontra-se em dia com todas suas obrigações assumidas no PBA.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em relação ao prazo de execução da UHE, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação do Empreendimento, sendo eles:

- (i) Entraves ambientais/judiciais, tais como:
 - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina.
 - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras.
 - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força.
 - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito.
 - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (ii) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (iii) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o BNDES.

Em razão dos fatores citados acima, o cronograma para o início da geração de energia foi alterado do mês de maio de 2018 para o dia 31 de dezembro de 2018. Diante dessa meta, a Companhia tem tomado ações relevantes para mitigar potenciais fontes de atraso ao início da geração de energia. Neste intuito, em 27 de junho de 2017, a Companhia celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre limitado a 215,8 MW médios referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e será utilizado somente 129,48 MW médios no respectivo período. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras intermediárias em razão do referido atraso. Esse assunto permanecerá objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº 353, a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a Companhia obrigada a informar a efetiva entrada em operação do empreendimento.

No dia 18 de janeiro de 2018, a Companhia protocolizou na SEMA o requerimento solicitando a Licença de Operação (LO) sob o nº 23414/2018, que trata do enchimento do reservatório e da futura operação da Usina. Esse processo permanece em análise.

No dia 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal, ASV Solo e ASV Rocha.
- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos CCEAR.
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a Concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e na apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir:

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas nºs 9 e 10), o valor presente com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa nº 10) e das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 14 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras intermediárias.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo fixo de caixa	3	3
Banco do Brasil	647	14
BNP Paribas	2	2
Banco Itaú	2.693	1.021
Banco Bradesco	32	43
	<u>3.377</u>	<u>1.083</u>

Os recursos disponíveis na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

4 Aplicações financeiras

	31/03/2018	31/12/2017
Fundos de Investimentos	21.264	20.950
CDB	73.215	63.828
Operações Compromissadas	95.944	130.269
	<u>190.423</u>	<u>215.047</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (96% e 99% do CDI) do Banco do Brasil. As aplicações em fundo de investimento no Bradesco são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

5 Adiantamentos

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários	23	74
Outros	121	149
	144	223

6 Tributos e contribuições a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
ICMS antecipado (a)	112	127
PIS a recuperar (b)	1.763	1.082
COFINS a recuperar (b)	7.874	4.758
ISS a recuperar	66	66
IRRF sobre aplicações financeiras	5.046	4.408
Imposto de renda a recuperar	18	18
	14.879	10.459

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada. A Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ-MT) concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do Processo nº 5294015/2017 de 29 de junho de 2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 6% (seis por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.
- (b) A Companhia credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.

7 Fundos vinculados

	31/03/2018	31/12/2017
Conta Centralizadora – BNDES	350	-
	350	-

Recebimento da venda da energia elétrica – CCEAR – Elektro Redes S.A.

Os direitos creditórios da Companhia, provenientes das receitas de venda de energia elétrica, são depositados nas contas (adicionais e centralizadoras) de movimentação exclusiva pelo banco Administrador (BRADESCO) e têm por finalidade ser preenchida até 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018, conforme o Contrato de Financiamento junto ao BNDES, cláusula décima, “Garantias da operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

8 Ativo fiscal diferido

	Alíquota	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	25%	175.018	169.094
Contribuição social diferida	9%	<u>63.017</u>	<u>60.883</u>
Total		<u>238.035</u>	<u>229.977</u>

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

a. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2017	229.977
Reconhecimento no trimestre	<u>8.057</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u>238.035</u>

b. Demonstrativo da base de cálculo

	Alíquota	31/03/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.716)	(657.563)
Adições		2.134	59.161
Imposto de Renda	25%	5.923	164.170
Contribuição Social	9%	<u>2.134</u>	<u>59.082</u>
Total		<u>8.057</u>	<u>223.252</u>

c. Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março de 2018 é como segue:

Exercícios	Total
2018	-
2019	5.430
2020	2.937
2021	7.480
2022	11.883
2023	16.207
2024	22.684
2025	28.651
2026	33.626
2027	39.093
2028	45.352
2029	24.692
Total	<u>238.035</u>

9 Imobilizado

Movimento do imobilizado em 2018:

Geração	Saldos em	Adições	Ajustes	Depreciação	Transferências	Saldos em
	31/12/2017					31/03/2018
Em curso						
Terrenos	311.060	31.263	25	-	1.452	343.800
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.230.556	18.646	(25)	-	17.421	1.266.598
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	210.603	32.799	-	-	11.024	254.426
Máquinas e equipamentos a ratear	280.145	7.683	-	-	5.540	293.368
Estudos de projetos a ratear	(a) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos Fatura Pro Forma	(b) 25.980	9.240	-	-	(9.046)	26.174
	<u>2.081.918</u>	<u>99.631</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.391</u>	<u>2.207.940</u>
Terrenos a pagar	(c) 11.324	-	-	-	(1.452)	9.872
Medições	(c) 25.471	11.525	-	-	(24.939)	12.057
Juros capitalizados	(e) 147.141	20.941	-	-	-	168.082
Total geração	<u>2.265.854</u>	<u>132.097</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.397.951</u>
Administração						
Em serviço	1.120	3	-	-	-	1.123
Depreciação acumulada	(540)	-	-	(52)	-	(592)
Total administração	<u>580</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>531</u>
Total	<u>2.266.434</u>	<u>132.100</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>2.398.482</u>
(-) Provisão para redução do valor recuperável	<u>(613.475)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(613.475)</u>
Imobilizado líquido	<u>1.652.959</u>	<u>132.100</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>1.785.007</u>

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de março de 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (a) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (b) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (c) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (d) Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos antes da fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- (e) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

Em 31 de março de 2018, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 43.398 (R\$ 96.898, em 31 de dezembro de 2017).

Teste de recuperabilidade

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

Para fins de teste, foi considerada a entidade como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), sendo adotadas as seguintes premissas:

- b) Tendo em vista a ausência de valor justo de venda do ativo, foi considerado o Valor em Uso.
- c) Fluxo de caixa projetado de 33 anos que considera o prazo de concessão.
- d) As receitas levaram em consideração o valor contratado atualizado pelo IPCA.
- e) A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de março de 2018 no referido fluxo de caixa projetado foi de 9,29%.

O valor da provisão reconhecida no exercício foi de R\$ 613.475 (Em 31 de março de 2018, não foi identificada a necessidade do teste de imparidade).

10 Intangível

	Saldos em 31/12/2017	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Ajustes	Saldos em 31/03/2018
Geração						
Em curso - UBP (a)	25.555	269	-	-	-	25.824
Total - Geração	25.555	269	-	-	-	25.824
Administração Central						
Em serviço (b)	853	68	-	-	-	921
Amortização acumulada	(477)	-	-	(66)	-	(543)
Total - Administração	376	68	-	(66)	-	378
Total	25.931	337	-	(66)	-	26.202

- (a) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público (UBP)
 Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 11,14% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo intangível. A amortização da UBP iniciará a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

- (b) Administração - Em serviço
 Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

11 Fornecedores

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores de serviços e materiais (a)	48.676	49.016
Fundiário (b)	10.251	12.601
Contas a pagar	1.146	1.469
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (c)	4.257	5.636
Compensação Acordo Bilateral (d)	2.515	23.265
Repasse aos assentados (e)	30	-
Combustíveis	204	-
	67.079	91.987

- (a) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.

- (b) Refere-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (c) Referem-se aos encargos por uso do sistema de transmissão contratados e disponibilizados a partir de 1º de dezembro de 2017.
- (d) Refere-se às penalidades contratuais: (a) saldo em 31 de março de 2018 – valor a ser pago à Eletronorte; e (b) saldo em 31 de dezembro de 2017 – prorrogação do fornecimento de energia elétrica para o ano de 2019.
- (e) Programa de Remanejamento aos Assentados.

12 Tributos e contribuições a recolher

	31/03/2018	31/12/2017
FGTS a recolher	79	117
INSS a recolher (a)	935	1.859
ICMS a recolher	190	148
IR - Outros	5	16
IR sobre salários	176	347
IR sobre serviços PJ	187	443
ISSQN a recolher (b)	496	1.875
PIS/COFINS e CSLL a recolher	349	678
	2.417	5.483
	2.417	5.483

(a) Refere-se, substancialmente, ao INSS decorrente de serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.

(b) Refere-se, substancialmente, a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A. relacionados à medição mensal e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.

13 Obrigações trabalhistas

	31/03/2018	31/12/2017
Provisão de férias	1.380	1.466
Provisão de 13º salário	240	-
Encargos sobre provisão de férias	513	544
Encargos sobre provisão de 13º salário	88	-
	2.221	2.010
	2.221	2.010

14 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2017, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 1,046 bilhão destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 9).

Composição do financiamento em 31 de março de 2018:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	62.690	-	(695)	61.995
Atualização	TJLP	-	8.572	-	8.572
		<u>62.690</u>	<u>8.572</u>	<u>(695)</u>	<u>70.567</u>
Não circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	773.170	-	(17.923)	755.247
Atualização	TJLP	-	105.716	-	105.716
		<u>773.170</u>	<u>105.716</u>	<u>(17.923)</u>	<u>860.963</u>
Total do financiamento		<u>835.860</u>	<u>114.288</u>	<u>(18.618)</u>	<u>931.530</u>

Movimentação do financiamento em 31 de março de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2018
Circulante:							
Subcrédito A	19.976	-	-	41.793	-	226	61.995
Atualização	2.316	-	-	6.256	-	-	8.572
	<u>22.292</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.049</u>	<u>-</u>	<u>226</u>	<u>70.567</u>
Não circulante:							
Subcrédito A	797.039	-	-	(41.793)	-	-	755.246
Atualização	90.325	-	-	(6.256)	21.648	-	105.717
	<u>887.364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.049)</u>	<u>21.648</u>	<u>-</u>	<u>860.963</u>
Total do financiamento	<u>909.656</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.648</u>	<u>226</u>	<u>931.530</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2018
18.845	-	226	18.619

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado no primeiro trimestre de 2018

Amortização do custo incremental	226
Encargos totais da dívida	21.648
Rendimento da aplicação financeira	(933)
	20.941

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2017:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	20.897	-	(921)	19.976
Atualização	TJLP	-	2.316	-	2.316
		20.897	2.316	(921)	22.292
Não circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	814.963	-	(17.924)	797.039
Atualização	TJLP	-	90.325	-	90.325
		814.963	90.325	(17.924)	887.364
Total do financiamento		835.860	92.641	(18.845)	909.656

O contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 prestações: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais da Companhia
Total	1.018.000		

O restante dos subcréditos está previsto para as datas abaixo em função das necessidades para realização do projeto:

Período	Subcréditos			Total
	A	B	D	Total
jun/18	106.445	-	-	106.445
set/18	27.695	15.305	-	43.000
dez/18	-	17.149	-	17.149
mar/19	-	4.294	-	4.294
jun/19	-	6.252	5.000	11.252
Total	134.140	43.000	5.000	182.140

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2018	23.291
2019	46.576
2020	46.576
2021	46.576
2022	46.576
2023	46.576
2024	46.576
Após 2024	628.783
	931.530

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo, ainda, outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas.

O contrato possui, ainda, outras cláusulas de *covenants*, e a Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

15 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de março de 2018, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 12,8 milhões (R\$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2017), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação

de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) — tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Abaixo, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade “possível”:

	31/12/2017	Adições	Pagamentos/ baixas	31/03/2018
Trabalhistas (a)	1.960	521	-	2.481
Cíveis e outras (b)	12.445	-	1.934	10.511
	14.405	521	1.934	12.992
Total	14.405	521	1.934	12.992

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

(b) Cíveis e outras

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se à ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da UHE Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT), uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

No dia 12 de dezembro de 2017, a Secretaria de Meio Ambiente, através do seu secretário, expediu uma decisão para ser feita uma revisão do valor da compensação ambiental, aumentando o valor de R\$ 5,5 milhões (valor atualizado até o presente momento arbitrado pela SEMA em 2014) para R\$ 12 milhões.

16 Capital social

Em 31 de março de 2018, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1,6 bilhão (R\$ 1,5 bilhão, em 31 de dezembro de 2017), que compreende 1.694.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2018 é de R\$ 1.880.136.449,00, (R\$ 1.880.136.449,00 em 31 de dezembro de 2017), até o limite de 1.880.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de março de 2018.

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	1.694.200	1.880.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2017:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	379.799	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602	958.870	51,0%
	1.550.200	1.880.136	100,0%

Em 24 de janeiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 64 milhões em moeda corrente.

Em 23 de fevereiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 80 milhões em moeda corrente.

As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Reunião para aprovação	Data	Valor Integralizado
Conselho de Administração	30/11/2017	144.000
		144.000

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(464.844)</u>	<u>(434.311)</u>
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>1.667.533</u>	<u>1.068.613</u>
Prejuízo por ação (básico) - Em Reais	<u>(0,27876)</u>	<u>(0,40643)</u>
Prejuízo por ação (diluído) - Em Reais	<u>(0,27876)</u>	<u>(0,40643)</u>

Em 31 de março de 2018 e 2017, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que o efeito dos instrumentos que representam ações ordinárias potenciais emitidos nos exercícios de 2018 e 2017 seria antidiluidor por reduzir o prejuízo por ação.

17 Receitas com vendas de energia elétrica

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receita líquida com venda de energia elétrica	<u>15.029</u>	<u>-</u>
	<u><u>15.029</u></u>	<u><u>-</u></u>

Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

18 Compra de energia elétrica

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Energia elétrica comprada para revenda	<u>(26.605)</u>	<u>-</u>
	<u><u>(26.605)</u></u>	<u><u>-</u></u>

Compa de energia elétrica no ACL deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

19 Encargos de uso da rede elétrica

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Encargos de Uso da Rede Elétrica	<u>(8.495)</u>	<u>-</u>
	<u>(8.495)</u>	<u>-</u>

20 Pessoal, encargos e benefícios

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Remuneração de empregados	(2.086)	(1.038)
Encargos trabalhistas	(427)	(360)
Benefícios a empregados	<u>(281)</u>	<u>(344)</u>
	<u>(2.794)</u>	<u>(1.742)</u>

21 Serviços de terceiros

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.785)	(470)
Telefone, Internet, água e energia elétrica	(96)	(60)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(126)	(142)
Monitoramento e vigilância	(136)	(136)
Transportes	(21)	(10)
Outros	<u>(71)</u>	<u>(63)</u>
	<u>(2.235)</u>	<u>(881)</u>

22 Resultado financeiro

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.143	2.967
Provisão não realizada (a)	-	377
Descontos obtidos	10	1
Variações monetárias	-	13
	<hr/>	<hr/>
Sub-total	2.153	3.358
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Despesas financeiras		
IOF	(20)	(37)
Juros e multas	(110)	(1)
Outras despesas financeiras	-	(2)
	<hr/>	<hr/>
Sub-total	(130)	(40)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	2.023	3.318

Em 2017, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foi proveniente dos aportes dos acionistas.

Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.

Em 31 de março de 2018 e 2017, os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes ao IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.

23 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

Controladores;

Administradores.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	31/03/2018			31/12/2017		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
UTNF	Serviços	179	45	-	480	45	-
	Honorários	-	785	910	-	34	410
	Total	179	830	910	480	79	410
CHESF	EUST	-	445	1.330	-	222	222
	Acordo bilateral	-	-	721	-	-	-
	Total	-	445	2.051	-	222	222
ELETRONORTE	EUST	-	293	846	-	135	135
	Acordo bilateral	-	2.515	3.236	-	4.733	4.733
	Compra de energia	-	-	34.719	-	-	-
	Total	-	2.808	38.801	-	4.868	4.868

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (a)	(1.174)	(353)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração (b)	(198)	(226)
Benefício do Conselho de Administração e diretores (c)	(75)	(166)
Remuneração do Conselho Fiscal	(33)	(43)
	<u>(1.480)</u>	<u>(788)</u>

- (a) Composta por ordenados e salários.
- (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (c) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, ajuda de custos, entre outros.

24 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimento de renda fixa de baixo risco no Bradesco e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A carteira dos Fundos de aplicação do Bradesco está composta da seguinte forma: 13,86% em títulos públicos (LFT), 41,47% em títulos privados (letra financeira, debêntures, DPGE, CDB e nota promissória) e 40,17% outros (compromissada, cotas e outros).

Não é identificado no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 3 e 4).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 91% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES está evidenciado na Nota Explicativa nº 14.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da UHE Sinop. A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data-base de 31 de março de 2018, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

ATIVOS

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/03/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	169.158		182.437	179.117	175.798
Receita financeira projetada anual			13.279	9.959	6.639
Taxa sujeita à variação		Redução do CDI	7,9%	5,9%	3,9%
Variação - R\$				(3.320)	(6.639)

	Saldo em 31/03/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	21.264		23.076	22.673	22.170
Receita financeira projetada anual		Carteira de	1.812	1.359	906
Taxa sujeita à variação		fundos	8,5%	6,4%	4,3%
Variação - R\$				(453)	(906)

PASSIVOS

Risco na apreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/03/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	931.530		994.874	1.010.470	1.026.546
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	63.344	79.180	95.016
Taxa de juros			6,8%	8,5%	10,2%
Variação - R\$				15.836	31.672

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/03/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	931.530		994.874	979.038	963.202
Despesa financeira projetada		Queda da TJLP	63.344	47.508	31.672
Variação - R\$			6,8%	5,1%	3,4%
				(15.836)	(31.672)

Premissas

TJLP - Passivos	a.a.	6,8%
Carteira de Fundos Bradesco	a.a.	8,52%
CDI - Ativos	a.a.	6,14%

25 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 401,88 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado cobre até o valor de R\$ 88.871.

Além da apólice de seguro mencionado acima, a Companhia possui seguro do tipo D&O para os gestores da Companhia, cujas condições constam como a seguir:

Seguradora: Liberty Seguros S.A.
Apólice nº 10-93-001.737
Vigência: até 09/04/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 30.000

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros contratados pela Triunfo Construtora S.A.:

Seguradora: Austral Seguradora S.A.
Apólice nº 1006700000512
Vigência: até 01/05/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 1.090.850

Seguradora: Swiss Re Corporate Brasil S.A.
Apólice nº 51510000242
Vigência: até 01/05/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 50.000.

26 Compromissos

Até 31 de março de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 461.791 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop e aquisição de energia elétrica para cumprimento das obrigações dos contratos CCEARs.

Compromissos	Total
Aquisição de energia elétrica	214.633
Obras da barragem	83.970
Obras do reservatório	81.537
Supressão vegetal	51.459
Plano básico ambiental	18.801
Assessorias, consultorias e auditorias	6.695
Outros	2.894
Fundiário	1.460
Seguros	342
Total	461.791

27 Eventos Subsequentes

Em 03 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a cumulação do cargo de Diretor de Engenharia e Construção pelo atual Diretor de Meio Ambiente.

Em 18 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a segunda emissão das debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da ICVM 476/09. As principais informações acerca da referida deliberação foram devidamente divulgados aos acionistas e ao Mercado através de Fato Revelante da Companhia em 18 de abril de 2018.

* * *

Jean Christophe Marcel Jos Delvallet
Diretor-presidente

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo e Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente e
Diretor de Engenharia e Construção

Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9